Artigo 8.º

Entrada em vigor

A presente norma regulamentar entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação no *Diário da República*, sendo aplicável à publicação dos documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2004.

28 de Fevereiro de 2005. — O Conselho Directivo: *Rui Leão Marinho*, presidente — *Rodrigo Lucena*, vogal — *Rui Alvarez Carp*, vogal.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, PISCAS E FLORESTAS

Despacho conjunto n.º 236/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 240/98, de 11 de Julho, e no uso da delegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 27 148/2004, de 16 de Dezembro, do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 303, de 29 de Dezembro de 2004, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso nas carreiras de inspector superior, inspector técnico e inspector-adjunto, do quadro de pessoal da ex-Inspeção-Geral das Pescas, constante do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

15 de Fevereiro de 2005. — O Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas, *Carlos Rui Viana de Carvalho*. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso nas carreiras de inspector superior, inspector técnico e inspector-adjunto do quadro de pessoal da ex-inspeção-geral das pescas.

I — Legislação de âmbito nacional e internacional relativa à pesca marítima, aquicultura e actividades conexas.

II — Integração europeia:

1.1 — A génese da União Europeia;

1.2 — Instituições comunitárias;

1.3 — O processo decisório da União Europeia.

III — Línguas:

3.1 — Inglesa;

3.2 — Francesa.

A pormenorização e a delimitação dos temas constarão do respectivo aviso de abertura do concurso.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Despacho conjunto n.º 237/2005. — Nos termos do disposto no artigo 10.º dos Estatutos da Casa Pia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 50/2001, de 13 de Fevereiro, a comissão de fiscalização é o órgão de acompanhamento e fiscalização em matéria de gestão financeira e patrimonial a quem compete acompanhar a gestão orçamental prosseguida, apreciar a situação financeira e elaborar relatório sobre a conta de gerência da Casa Pia de Lisboa e é composta por um presidente e dois vogais.

Assim, ao abrigo do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 50/2001, determina-se:

1 — A comissão de fiscalização da Casa Pia de Lisboa é constituída pelos seguintes membros:

Licenciada Rosa Maria Bento Matos Sécio Raposeiro, presidente;

Mestre Rui Manuel Ramos de ascensão, vogal;

Licenciado Carlos Alberto Domingues Ferraz, vogal.

2 — Conforme estipulado no n.º 4 do artigo 10.º, o valor das senhas de presença é de € 75 e € 65, respectivamente, montantes actualizáveis de acordo com a taxa de actualização do índice 100 do regime geral da função pública, não podendo aqueles membros auferir anualmente uma quantia superior à remuneração base mensal inerente ao cargo de director-geral, de acordo com as seguintes percentagens:

Presidente — 10 %;

Vogais — 8 %.

3 — A remuneração referida nos números anteriores será paga durante os 12 meses do ano.

3 de Fevereiro de 2005. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, *Fernando Mimoso Negrão*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Regimento de Cavalaria

Despacho n.º 5405/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 10.2 do despacho n.º 1921/2005 (2.ª série), de 6 de Janeiro, do tenente-general comandante-geral, subdelego no comandante interino do 2.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria, tenente de cavalaria João Paulo dos Santos Martinho, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

- 1) Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas, aquisição de bens e serviços, até ao limite de € 5000, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- 2) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais, legalmente aprovados, até ao montante de € 10 000, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- 3) Autorizar deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento dos correspondentes abonos e despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e os reembolsos que forem devidos nos termos legais.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 28 de Fevereiro de 2004.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à publicação do presente despacho no *Diário da República*.

5 — Fica revogado o despacho n.º 3965/2005 (2.ª série), de 25 de Janeiro.

28 de Fevereiro de 2005. — O Comandante, *Carlos Alberto Malheiro Potier*, coronel de cavalaria.

Rectificação n.º 397/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 3966/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 23 de Fevereiro de 2005, referente à subdelegação de competências no comandante do 3.º Esquadrão, capitão de cavalaria Duarte Reis Marques Jacinto, rectifica-se que onde se lê «n.º 10.1 do despacho» deve ler-se «n.º 10.2 do despacho».

28 de Fevereiro de 2005. — O Comandante, *Carlos Alberto Malheiro Potier*, coronel de cavalaria.

Rectificação n.º 398/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 3966/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 23 de Fevereiro de 2005, referente à subdelegação de competências no comandante do 4.º Esquadrão, capitão de cavalaria Luís Manuel Carvalho Machado, rectifica-se que onde se lê «n.º 10.1 do despacho» deve ler-se «n.º 10.2 do despacho».

28 de Fevereiro de 2005. — O Comandante, *Carlos Alberto Malheiro Potier*, coronel de cavalaria.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Comando de Polícia de Viseu

Despacho n.º 5406/2005 (2.ª série). — 1 — No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 130/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 3, de 5 de Janeiro de 2005, rectificado pelo despacho n.º 114/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 16 de Janeiro de 2005, subdelego no comandante da Secção